

0646

Assunto: Parecer sobre POCH – Programa Operacional do Capital Humano

Data: 22-05-2014

Prazo de Resposta:

Registo n.º

Entidade: 7ª Comissão Permanente da Cultura

Proc. n.º

Exma. Sra. Presidente,

Junto segue em anexo o Parecer sobre o POCH – Programa Operacional do Capital Humano aprovado pela 7ª Comissão Permanente de Cultura na reunião realizada no dia 22 de Maio de 2014.

A NAC

Ana Fernandes

Ana Fernandes

Dist. Lisboa.

26.5.2014

Isabel Raulo



PROPOSTA DE PARECER SOBRE O POCH – PROGRAMA OPERACIONAL DO CAPITAL HUMANO

I - INTRODUÇÃO

A emissão deste parecer resulta da solicitação formulada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sequência do envio, pela Área Metropolitana de Lisboa, do Edital n.º 19/CML/2014.

Na apreciação do POCH – Programa Operacional do Capital Humano foi considerada a discussão ocorrida na reunião conjunta das 6.ª e 7.ª Comissões Permanentes, respetivamente de Direitos Sociais e de Educação, Cultura, Juventude e Desporto, realizada a 15 de maio de 2014, que contou com a participação da Senhora Arquiteta Teresa Almeida, na qualidade de Chefe da Equipa de Missão Lisboa 2020.

II - ENQUADRAMENTO

De acordo com as prioridades da Estratégia Europa 2020, do Programa Nacional de Reformas e das conclusões do *Position Paper* para Portugal, o Governo da República Portuguesa definiu as prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 e os pressupostos do Acordo de Parceria “Portugal 2020”, que estabelece as orientações e prioridades de aplicação dos fundos estruturais para o período 2014-2020 e define os domínios temáticos e transversais da programação.

Para além de dois domínios transversais, relativos à reforma da Administração Pública e à regionalização das intervenções, a programação do Acordo de Parceria “Portugal 2020” integra quatro Programas Operacionais Temáticos.

O POCH – Programa Operacional do Capital Humano é um dos quatro Programas Operacionais Temáticos 2014-2020 (POSEUR – Programa Operacional da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA



Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos; POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego; POCH – Programa Operacional do Capital Humano; e POCI – Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização).

O conjunto dos Programas Operacionais Temáticos já foi alvo de parecer pela Assembleia Metropolitana, na sequência da aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis dos Municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, da Proposta n.º 16/CML/2014.

POCH – Programa Operacional do Capital Humano - Síntese

O POCH – Programa Operacional do Capital Humano visa dar resposta a um conjunto de constrangimentos nele identificados, quais sejam:

- i) o reduzido nível das qualificações médias da população jovem e adulta, associado à generalização tardia da escolarização abrangente da população portuguesa face aos países mais desenvolvidos;
- ii) a reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada;
- iii) os elevados níveis de abandono precoce de educação e formação por parte dos jovens, face à média comunitária, apesar da acentuada quebra verificada nos últimos anos;
- iv) a reduzida eficiência na utilização dos recursos na educação e na formação e a necessidade de melhorar a sua qualidade, associadas a elevadas taxas de insucesso e à menor eficácia da orientação vocacional;
- v) o desajustamento verificado entre as qualificações produzidas e as solicitadas pelo mercado de trabalho;



- vi) a necessidade de reforçar a atratividade e a competitividade internacional do ensino superior.

Em face de tais constrangimentos são definidos os objetivos globais, a saber:

- i) A promoção do sucesso e a redução do abandono escolar (ESL);
- ii) O aumento da eficácia na produção de qualificações orientadas para o mercado de trabalho;
- iii) O aumento da atratividade e do número de diplomados do ensino superior;
- iv) A melhoria das qualificações da população adulta;
- v) A promoção da qualidade no sistema de educação e formação.

Os objetivos globais supra indicados são concretizados através de um conjunto de cinco Eixos:

Eixo 1: Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens;

Eixo 2: Reforço do ensino superior e da formação avançada;

Eixo 3: Aprendizagem ao longo da vida;

Eixo 4: Qualidade e inovação do sistema de educação e formação;

Eixo 5: Assistência técnica.

O POCH – Programa Operacional do Capital Humano abrange apenas as regiões Norte, Centro e Alentejo. A sua implementação é articulado com os Programas Operacionais Regionais (POR). O POR de Lisboa concentra as medidas da área do Capital Humano nos seguintes domínios:

- (i) Promoção do sucesso educativo e na redução do abandono escolar precoce;
- (ii) Promoção de programas de formação avançada;
- (iii) No reforço da aprendizagem ao longo da vida;
- (iv) Na melhoria e qualidade do ensino.

Parecer da Área Metropolitana de Lisboa

O Parecer emitido pela Área Metropolitana de Lisboa sobre o POCH – Programa Operacional do Capital Humano, em virtude da sua síntese, é transcrito na íntegra:

*"Atendendo a que os objetivos do POCH são: promover o sucesso e a redução do abandono escolar, aumentar a eficácia nas qualificações orientadas face ao mercado de trabalho, aumentar a atratividade e o número de diplomados do ensino superior, melhorar as qualificações da população adulta e promover a qualidade no sistema de educação e formação, **não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO**, atendendo a que as verbas disponibilizadas no POR de Lisboa, para estas temáticas, são escassas face às premências de intervenção sentida na área metropolitana de Lisboa e na sua imensa mancha periurbana, que em alguns domínios territoriais ainda é marcada por comunidades tradicionalmente rurais e piscatórias, como por comunidades urbanas em zonas de risco de exclusão social"* (negritos no original).

g/ly

III - APRECIACÃO

A apreciação que nesta Comissão se faz do POCH – Programa Operacional do Capital Humano começa por salientar que a diminuta extensão das considerações da Área Metropolitana de Lisboa é completamente justificável, atenta a exclusão da AML da esfera do POCH.

Esta Comissão acompanha e reitera a posição da AML quanto à inadmissibilidade da exclusão da AML do âmbito deste Programa Operacional, não apenas em virtude das carências da malha periurbana da Área Metropolitana, mas também pela importância da concentração populacional e da centralidade desta área que leva a que as principais instituições em posição de desenvolver os objetivos do POCH, sediadas em Lisboa ou na sua Área Metropolitana, acabem por ficar excluídas em virtude de critérios territoriais, da possibilidade de beneficiar das suas linhas de financiamento. É esse manifestamente o caso das instituições de ensino superior, *maxime* no domínio da formação ao longo da vida.

Para além do mais, tem vindo a resultar quer do trabalho desenvolvido nesta Comissão quer no Plenário da AML que existe um adiantado estado de degradação em equipamentos culturais e educativos (v. g. Liceu Camões), bem como uma carência de equipamentos escolares ao nível do ensino básico em áreas de expansão da cidade (v. g. Parque das Nações). Quanto a este último aspeto, nota-se positivamente a sua elegibilidade no âmbito do Plano de Ação Regional de Lisboa.

Pelo exposto, é proposto que:

1. Se considere a elegibilidade territorial da Área Metropolitana de Lisboa para o POCH – Programa Operacional do Capital Humano, com vista a reforçar a possibilidade das instituições nela sediadas recorrerem a linhas de financiamento para projetos nele previstos, designadamente no domínio da formação ao longo da vida e da formação avançada;

2. No âmbito do desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação previstas no Plano de Ação Regional de Lisboa se considere não apenas a eliminação das situações deficitárias de oferta de equipamentos de ensino básico, mas também a requalificação de equipamentos de ensino secundário, em especial os de maior valor em termos de património histórico;
3. Se considere a consagração de um espaço para a cultura no âmbito do Acordo de Parceria "Portugal 2020".

Face ao exposto, propõe-se a aprovação do presente parecer na 7.ª Comissão da Assembleia Municipal e a sua posterior discussão em plenário, conjuntamente com o Edital n.º 19/CML/2014.


Assembleia Municipal de Lisboa, 22 de Maio de 2014.

O Deputado Relator



- André Moz Caldas -

A Presidente da Comissão



- Simonetta Luz Afonso -